

**Como a redistribuição
de renda pode ajudar
na recuperação da
economia?
Os efeitos
multiplicadores da
tributação dos mais
ricos para
transferência aos mais
pobres**

**Rodrigo Toneto, Theo
Ribas & Laura Carvalho**

[REDACTED]

A possibilidade de programas de proteção social fiscalmente neutros (que não elevam o déficit público) reduzirem desigualdades foi o objeto da nossa Nota de Política Econômica n° 001/2020. Nesta nota, mostramos, com base em dados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares, que a elevação da tributação no topo da pirâmide para transferir renda para a base pode também ser um instrumento de recuperação da atividade econômica. Nossos resultados indicam grande disparidade na proporção da renda consumida por cada estrato: enquanto os 10% mais pobres gastam cerca de 90% da sua renda adicional em consumo, o valor cai para 24% entre o 1% mais rico. Levando em consideração a atual estrutura distributiva da economia brasileira e as distintas propensões a consumir de cada estrato de renda, mostramos que cada R\$100,00 transferidos do 1% mais rico para os 30% mais pobres geram uma expansão de R\$106,70 na economia. No mesmo sentido, utilizando o desenho do Auxílio Emergencial de 2020, calculamos que cada R\$100,00 pagos através do programa aumentam a renda agregada em R\$140,00. Por fim, avaliamos uma política de proteção social financiada a partir de tributos sobre o 1% mais rico, que garanta a transferência de R\$125,00 mensais para os 30% mais pobres. A medida eleva o multiplicador da economia, tornando mais expansionista qualquer nova injeção de demanda. Seguindo o exemplo anterior, os mesmos R\$100,00 elevam, nesse caso, em R\$109,00 a renda. Além disso, estimamos que a implementação de uma política como essa pode ter um impacto positivo de 2,4% no PIB.

[REDACTED]

Toneto, Rodrigo; Ribas, Theo; Carvalho, Laura (2021). Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? Os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres (Nota de Política Econômica n° 008). MADE/USP.

made.feausp@gmail.com

Introdução

O fim do Auxílio Emergencial em janeiro de 2021 e a consequente elevação dos indicadores de pobreza extrema, pobreza e desigualdade na virada do ano reforçaram as dúvidas já existentes quanto à necessidade e sobretudo quanto à possibilidade de financiar uma expansão permanente dos programas de transferência de renda no Brasil. Na Nota de Política Econômica (NPE) nº 001/2020, apresentamos, com base em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, o impacto sobre a desigualdade de diferentes formas de financiamento de uma expansão do Programa Bolsa Família¹. A partir de esquemas de tributação sobre altas rendas e expansão do valor e do universo de beneficiários do Programa Bolsa Família, mostramos ser possível reduzir em até 8,9% a desigualdade medida pelo índice de Gini no país. Os resultados da NPE nº 001/2020 mostraram, portanto, que mesmo as políticas fiscalmente neutras - ou seja, que não elevam a dívida pública - podem contribuir para garantir maior equidade na distribuição de rendimentos. Neste texto, procuraremos mostrar que esquemas como esse (de tributação dos mais ricos e transferência aos pobres) também podem ser importantes instrumentos de recuperação econômica.

Ao tratar dos diferentes caminhos para uma retomada mais rápida da economia global em 2021, o último Monitor Fiscal do FMI² sugeriu que “uma opção para reduzir a queda no consumo e no produto no curto prazo incluiria, por exemplo, elevar transferências focalizadas para proteger os mais vulneráveis financiadas por impostos progressivos sobre a renda.” Os efeitos desse tipo de desenho podem ser compreendidos na macroeconomia com base no chamado multiplicador do orçamento equilibrado de Haavelmo: na prática, aumentar impostos na mesma proporção em que se elevam os gastos do governo pode ser uma política expansionista a depender de onde se tributa e com o que se gasta. Quando acrescentamos nesse arcabouço as evidências de que os mais pobres consomem uma parcela significativamente maior de suas rendas do que os mais ricos, mostramos que uma rede de proteção social financiada integralmente por meio de impostos sobre o topo da pirâmide pode beneficiar a economia como um todo, ao dinamizar a demanda agregada.

A próxima seção apresenta as propensões a consumir por faixa de renda no Brasil com base em dados da

Pesquisa de Orçamentos Familiares, chegando de maneira simplificada ao efeito multiplicador de esquemas de tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres. Na sequência são apresentados e discutidos os resultados de nossas simulações. Verificamos que, levando em consideração a atual estrutura distributiva da economia brasileira e as distintas propensões a consumir de cada estrato de renda, cada R\$100,00 transferidos do 1% mais rico para os 30% mais pobres gera uma expansão de R\$106,70 na economia. No mesmo sentido, utilizando o desenho do Auxílio Emergencial (AE) de 2020, calculamos que a cada R\$100,00 pagos pelo programa correspondem um aumento da renda agregada de R\$140,00. Por fim, avaliamos uma política de proteção social financiada a partir de tributos sobre o 1% mais rico e que garanta R\$125,00 mensais para os 30% brasileiros mais pobres. A medida eleva o multiplicador da economia, tornando mais expansionista qualquer nova injeção de demanda. Seguindo o exemplo anterior, os mesmos 100 reais elevam neste caso em R\$109,00 a renda agregada. Além disso, por meio dos dados da POF 2017-2018, estimamos que a implementação de uma política como essa pode ter um impacto positivo de 2,4% no PIB.

Estes resultados estão alinhados ao que foi apresentado pela NPE nº 007/2021 do MADE³. Como mostrou a Nota, o AE foi responsável por estabilizar a razão dívida/PIB em 2020 ao atenuar a queda do PIB por meio de seus altos efeitos multiplicadores.

Propensões a consumir e efeito multiplicador

Os abissais índices de desigualdade de renda em países como o Brasil, onde o 1% mais rico de apropria de 28,3% da renda total - uma concentração de renda inferior apenas à do Catar⁴ -, não são apenas problemáticos do ponto de vista moral e equitativo, mas também limitam as possibilidades de crescimento econômico. Como apontam Ostry, Berg & Tsangarides (2014) em recente nota publicada pelo FMI, uma redistribuição de renda não extremada - e a consequente redução da desigualdade - é associada com um crescimento econômico maior e mais duradouro. Usando de uma abordagem diferente, Carvalho & Rezai (2015) encontram resultados similares. Segundo os autores, uma redistribuição da renda advinda do capital em prol dos trabalhadores pode ter efeitos significativos sobre o produto agregado. Para entender melhor uma das vias pelas quais a desigualdade impacta o produto da economia,

¹ A nota pode ser lida neste link: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/dos-pobres-para-os-pauperrimos-ou-dos-mais-ricos-para-os-mais-pobres-o-impacto-sobre-a-desigualdade-de-diferentes-formas-de-expansao-das-transferencias-de-renda-no-brasil/>

² <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/09/30/october-2020-fiscal-monitor>

³ <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/quao-mais-fundo-poderia-ter-sido-esse-poco-analisando-o-efeito-estabilizador-do-auxilio-emergencial-em-2020/>

⁴ Dado obtido no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

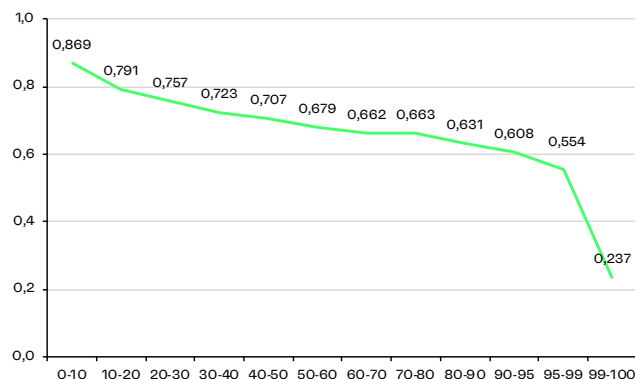
é necessário compreender a relação entre distribuição de renda e consumo das famílias e seus impactos macroeconômicos.

Uma variável central para a compreensão dos efeitos da desigualdade sobre o consumo das famílias e a demanda agregada é a chamada propensão marginal a consumir. De forma simples, essa relação funcional conecta o consumo agregado com a sua principal variável explicativa: a renda. Para ilustrar esse conceito, uma propensão marginal a consumir de 0,7 indica, mantendo constantes todos os demais fatores que afetam o consumo, que uma elevação de R\$1,00 na renda disponível⁵ gera, em média, um aumento de R\$0,70 no consumo. Por outro lado, os 30 centavos restantes são convertidos em poupança.

A decisão feita pelos indivíduos entre poupar e consumir, como delineada acima, é central para diversas abordagens macroeconômicas. Apesar disso, a hipótese de que as propensões marginais podem variar para os distintos grupos de renda ainda é pouco explorada. Michal Kalecki foi um dos pioneiros a considerar que a distribuição funcional da renda (divisão entre salários e lucros) afeta o consumo total, já que capitalistas teriam uma propensão marginal a poupar mais alta que a dos trabalhadores. Em outras palavras, enquanto os trabalhadores despenderiam a maior parcela de sua renda em consumo para a subsistência, poupando pouco ou nada, os capitalistas alocariam grande parte de seus rendimentos em poupança (e.g. Kalecki, 1968). Assim, quanto maior a parcela da renda nacional destinada aos salários e não aos lucros, maior seria o consumo das famílias e, assim, o nível de demanda agregada e produção.

À vista disso, a presente Nota busca investigar a diferença entre as propensões marginais a consumir de diferentes faixas de renda no Brasil. Utilizamos a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 para obter os valores de renda e consumo das famílias brasileiras para diferentes estratos de renda e estimamos as propensões a consumir por mínimos quadrados (MQO), em definição análoga à apresentada por Keynes (1936)⁶. Os resultados obtidos estão expostos no gráfico a seguir, onde é estimada a propensão a consumir para cada estrato de renda. A título de exemplo, enquanto o grupo 0-10 representa os 10% mais pobres da distribuição, o 99-100 equivale ao 1% mais rico.

Gráfico 1 – Propensões marginais a consumir segundo estratos, conforme a renda disponível familiar per capita.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da POF 2017-2018.

A partir da análise do Gráfico 1, é possível corroborar a hipótese de que a propensão a consumir cai significativamente conforme nos movemos da base ao topo da pirâmide de rendimentos. Enquanto uma transferência de R\$1,00 de renda adicional para os 10% mais pobres resultaria, em média, em uma alocação média de R\$0,87 em consumo, para o 1% mais rico esse valor seria de apenas R\$0,24, sendo a maior parte convertida em poupança.

Tais resultados podem ser facilmente compreendidos por meio da intuição econômica e do conhecimento da realidade brasileira. Enquanto as famílias mais pobres do país apresentam grande dificuldade para satisfazer suas necessidades mais básicas, com uma parcela considerável que não consegue nem adquirir os itens alimentícios necessários para suprir suas necessidades calóricas, o 1% mais rico da distribuição tem um padrão de vida muito próximo do topo da pirâmide dos países desenvolvidos. Como exposto em Morgan (2017), a renda média do 1% mais rico do Brasil chega a superar a de alguns países ricos como a França. Dessa forma, não é nada surpreendente que uma transferência de renda destinada aos mais pobres tenha um efeito significativamente maior sobre o consumo do que uma que abarque os mais ricos.

Com o entendimento de como a desigualdade afeta o consumo em mãos, é possível avançar a análise e associar desigualdade com o nível de demanda agregada e o produto da economia. Nessa direção, apresentamos abaixo os componentes do PIB pela ótica da despesa:

⁵ Renda disponível é um conceito empregado na presente nota para definir o estágio de renda após incidência de tributos diretos como também do recebimento das transferências monetárias do governo, como em Silveira et. al (2020).

⁶ O autor define a propensão marginal a consumir pela relação $dC\omega/dY\omega$, onde $C\omega$ representa o consumo em unidades de salários e $Y\omega$ a renda em unidades de salário. Já, nessa nota do Made, foi utilizado

uma especificação semelhante, onde as variáveis empregadas foram o consumo familiar per capita e a renda disponível familiar per capita, isto é, a renda que está de fato à disposição das famílias ao tomarem sua decisão de alocação entre consumo e poupança. Com isso as estimativas foram obtidas por MQO em um modelo sem intercepto para cada estrato de renda.

$$Y = C + I + G + X - M \quad (1)$$

Onde C é o termo que representa o consumo das famílias, I os investimentos, G os gastos do governo, X as exportações e M as importações, estas subtraídas na equação por representarem um vazamento de demanda para os outros países. O consumo, por sua vez, é representado aqui pela seguinte função:

$$C = \sum_{i=1}^n c_0^i + \sum_{i=1}^n c_1^i (Y^i + B^i - T^i) \quad (2)$$

sendo c_0 uma constante que determina o consumo autônomo das famílias – isto é, o consumo que não depende da renda das famílias –, c_1 representa a propensão marginal a consumir, B as transferências monetárias recebidas e T os tributos diretos pagos sobre a renda; com valores para cada estrato de renda i . De forma simples, o termo entre parênteses nada mais é do que a renda disponível das famílias após o recebimento das transferências monetárias e a incidência da tributação direta.

Ainda, é possível substituir $\sum_{i=1}^n c_1^i Y^i$ por $\sum_{i=1}^n c_1^i \delta^i Y$ e M por mY , onde δ^i é a parcela da renda agregada apropriada por cada estrato e m é o coeficiente de importações (isto é, a parcela da renda despendida em produtos importados). Substituindo essas modificações na equação de demanda agregada, é possível obter o produto de equilíbrio dessa economia em uma abordagem keynesiana, em que o produto é determinado pelo nível de demanda efetiva:

$$Y = \left[\frac{1}{1 - \sum_{i=1}^n \gamma^i \delta^i + m} \right] \left[\sum_{i=1}^n c_0^i + \sum_{i=1}^n c_1^i (B^i - T^i) + I + G + X \right] \quad (3)$$

O primeiro termo entre colchetes é conhecido na macroeconomia keynesiana como multiplicador. Como pode ser observado algebricamente, esse termo é um número maior que 1, indicando que se um dos componentes autônomos do gasto se modificar, como por exemplo uma expansão dos investimentos em R\$1 milhão, o produto aumentará em mais de R\$1 milhão, a depender do valor do multiplicador. Isso porque a elevação dos investimentos fará com que ocorra um aumento na atividade das indústrias de bens de capital. Por sua vez, mais pessoas serão empregadas, bem como os lucros dessas indústrias aumentarão. Parte desse aumento da renda será empregado em consumo, o que, por sua vez, irá aumentar a atividade nas indústrias que produzem esses últimos bens. Com isso, temos mais uma rodada de aumento da renda, que irá aumentar o consumo e, por sua vez, a renda, e assim por diante. É possível perceber, desse modo, como esse aumento do investimento gerou um aumento ainda maior do produto, ou seja, a percepção do efeito multiplicador agindo sobre a economia.

Assim, uma proposta de expansão do Bolsa Família ou prorrogação do Auxílio Emergencial via elevação da

tributação aos moldes do que foi proposto na NPE nº 001/2020 pode ter impacto positivo sobre o produto da economia, a depender de seu desenho. Por meio da equação de demanda exposta, bem como das estimativas de propensão a consumir, é possível perceber que uma transferência feita do topo para a base da pirâmide é capaz de elevar o nível de consumo agregado e, por consequência, o produto da economia, em um contexto de capacidade produtiva ociosa.

De acordo com as propensões estimadas, uma tributação de R\$1,00 a mais do 1% mais rico para transferência desse mesmo montante para os 10% mais pobres é capaz de elevar o consumo agregado em R\$0,63. Afinal, enquanto taxar os mais ricos leva a uma queda de R\$0,24 no consumo, o ganho nessa mesma variável ao distribuir o montante total aos mais pobres é de R\$0,87. Ou seja, é possível conciliar redução da desigualdade com crescimento econômico no Brasil.

Simulações e Resultados

Nesta seção são discutidos os resultados de algumas simulações que realizamos com o intuito de exemplificar o potencial caráter expansionista de uma redistribuição fiscalmente neutra, ou seja, que não eleva o desequilíbrio nas contas públicas. Um esquema de tributação e transferência que aumente o poder de compra dos estratos que consomem uma maior parcela da sua renda, como discutido anteriormente, pode estimular a demanda agregada.

A partir dos dados da POF 2017-2018, conseguimos estimar de que maneira a demanda da economia é afetada por uma política que altere a distribuição da renda. A simplicidade do arcabouço com o qual trabalhamos permite apenas uma avaliação preliminar. Ainda assim, os resultados sugerem que os impactos de um esquema redistributivo como os propostos aqui e na NPE nº 001/2020 sobre o PIB são significativos.

A distribuição da renda disponível - após transferências e tributações - da economia brasileira em 2017-2018, de acordo com a POF, segue os valores da Tabela 1. Essa estrutura de tributação e transferências já tem um efeito multiplicador de 1,875 se considerarmos nossas propensões a consumir estimadas por estrato, conforme apresentado na Tabela.

Tabela 1 Estrutura Atual: apropriação da renda por cada estrato e multiplicador resultante

Distribuição e Multiplicador	0 - 10	0,79%
	10 - 20	1,96%
	20 - 30	2,94%
	30 - 40	3,97%
	40 - 50	5,14%
	50 - 60	6,59%
	60 - 70	8,11%
	70 - 80	10,67%
	80 - 90	15,73%
	90 - 95	12,34%
	95 - 99	18,33%
	99 - 100	13,44%
Multiplicador	1,875	

Este multiplicador foi calculado a partir da expressão (3) tal que:

$$mult_1 = \left[\frac{1}{1 - \sum_{i=1}^n \gamma^i \delta^i + m} \right] \quad (4)$$

Onde as propensões a consumir por estrato de renda γ^i são aquelas apresentadas na seção anterior e a apropriação da renda por cada estrato δ^i foram obtidas da POF conforme a Tabela 1. A parcela da renda gasta com importações m foi definida em 12%, seguindo os valores do Banco Mundial para a economia brasileira de 2017, ano em que a POF foi realizada (este valor tem magnitude comparável ao das estimações de propensão a importar realizadas com base na POF 2008-2009 por Souto (2015)). Nesse contexto, a equação a seguir mostra qual o efeito de se transferir R\$100,00 do 1% mais rico para os 30% mais pobres:

$$\Delta Y = mult_1 \left[\sum_{i=1}^n c_1^i (\Delta B^i - \Delta T^i) \right] \quad (5)$$

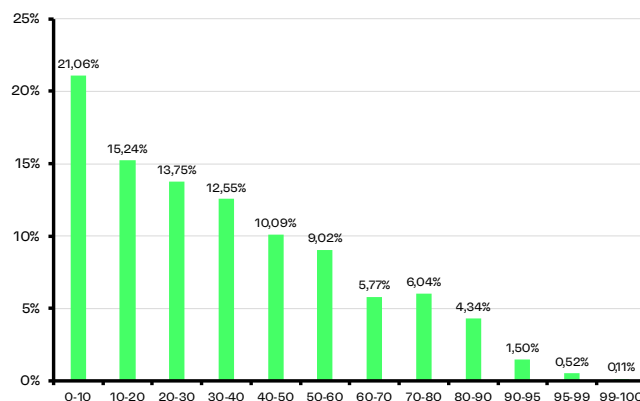
$$\begin{aligned} \Delta Y &= 1,875 \left[0,869x \frac{100}{3} + 0,791x \frac{100}{3} + 0,757x \frac{100}{3} \right. \\ &\quad \left. + 0,723x0 + \dots + 0,544x0 + 0,237x100 \right] \\ &= 106,7 \quad (6) \end{aligned}$$

Dessa forma, a cada R\$100,00 redistribuídos, o incremento na renda agregada é de R106,708. Ou seja, ao levarmos em conta as distintas propensões a consumir dos diferentes estratos de renda, percebemos que o efeito multiplicador existente na

atual estrutura da economia brasileira já é bastante elevado. A grande disparidade de renda entre o topo e a base da pirâmide e as necessidades de consumo urgentes dos mais pobres faz com que a transferência de renda do topo para a base já existente em nosso Orçamento atue para estimular a economia.

Com base neste arcabouço, é possível avaliar o impacto que teve o programa de Auxílio Emergencial (AE) na renda agregada da economia brasileira. Utilizando dados da PNAD-Covid referentes a agosto de 2020, construímos uma decomposição por estrato de renda dos gastos com AE. O Gráfico 2 indica quantos por cento do total despendido com o programa naquele mês foi para cada estrato de renda, calculados a partir da renda total pré-Auxílio. A partir destes valores e da equação (5) é possível calcular que R\$100,00 pagos em AE se convertem em R\$140,00 de renda agregada após o efeito multiplicador.

Gráfico 2: Distribuição dos gastos com Auxílio Emergencial



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Covid 08/2020.

Caso fizéssemos uma política redistributiva que alterasse a apropriação da renda de cada estrato em favor dos mais pobres, o efeito de uma transferência marginal de R\$100,00 seria ainda maior. Por exemplo, assumindo uma política que garanta uma renda mensal para cada brasileiro pertencente aos 30% mais pobres de R\$125,00. Esta política seria inteiramente financiada a partir de uma maior incidência de tributos sobre o 1% mais rico. Neste cenário, a nova distribuição da renda geraria a seguinte estrutura:

Tabela 2: Distribuição e multiplicador após política redistributiva

Distribuição e Multiplicador	0 – 10	1,45%
	10 – 20	2,61%
	20 – 30	3,60%
	30 – 40	3,97%
	40 – 50	5,14%
	50 – 60	6,59%
	60 – 70	8,11%
	70 – 80	10,67%
	80 – 90	15,73%
	90 – 95	12,34%
	95 – 99	18,33%
	99 – 100	11,47%
	Multiplicador	1,915

Ao assumirmos que as transferências feitas não alteram as propensões a consumir de cada estrato, basta trocar o novo valor do multiplicador na equação (6) e temos que, neste caso, cada R\$100,00 a mais distribuídos em favor dos 30% mais pobres gera um aumento de renda de R\$109,00. Ou seja, além de restar demonstrado que políticas neutras do ponto de vista fiscal são efetivas para estimular a demanda agregada, também fica nítido que uma política redistributiva pode aumentar o multiplicador da economia, ampliando assim o efeito expansionista de qualquer política estimulativa posterior.

Um esquema de taxaço e transferência como o proposto tem, portanto, um efeito duplo sobre a demanda agregada. Primeiro, a alteração da distribuição da renda gera uma elevação do multiplicador, o que engendra uma maior resposta da demanda para qualquer variação adicional em seus componentes autônomos (exportações ou investimentos públicos, por exemplo). Na equação (5), isso significa alterar o multiplicador de 1,875 para 1,915. Adicionalmente, a transferência também altera aquilo que o multiplicador está multiplicando, já que mais recursos são destinados às famílias mais pobres e menos às mais ricas. Usando a equação (5) e os dados da POF 2017-2018 para estimar qual seria o impacto sobre o PIB do esquema de expansão da proteção

social proposto, encontramos uma variação positiva de 2,14%.

Portanto, a garantia de um programa de Renda Mínima de R\$125,00 *per capita* para os 30% mais pobres financiado com impostos sobre o 1% mais rico teria o potencial de gerar uma expansão significativa da economia. Esquemas neutros do ponto de vista fiscal, que não elevam o endividamento do governo, ainda assim podem ser importantes mecanismos de recuperação econômica em um contexto de alta capacidade ociosa, além de garantir uma distribuição de renda mais justa e melhores condições de vida para a base da pirâmide.

Conclusão

Esta Nota buscou explicar de maneira acessível um importante conceito da macroeconomia das desigualdades: como a distribuição de renda, por meio das distintas propensões a consumir e das diferentes parcelas da renda apropriada por cada estrato, impacta a demanda agregada e o crescimento do PIB. Diante das abissais desigualdades brasileiras, a distância entre a parcela da renda despendida pela base e pelo topo da distribuição é significativa. Dessa forma, esquemas de taxaço e transferência que favoreçam os estratos mais pobres podem se transformar em um eixo fundamental de uma agenda de recuperação econômica inclusiva pós-Covid.

Utilizando os dados da POF 2017-2018, observamos que a propensão a consumir cai substancialmente conforme passamos da base para o topo da distribuição de renda no Brasil. Com base nessas diferentes propensões, simulamos de forma simplificada o impacto de um programa que eleve a tributação do 1% mais rico para transferir maiores recursos aos 30% mais pobres e encontramos efeitos expressivos sobre o crescimento do PIB. Evidentemente, a simplicidade do modelo utilizado e as limitações dos dados da POF para estimar precisamente as propensões a consumir de cada estrato limitam a análise. Ao mesmo tempo, a relevância do tema e a magnitude dos resultados indicam que propostas desse tipo merecem maior atenção em um cenário em que a elevação da dívida pública em 2020 atua politicamente como um entrave à expansão das transferências de renda em um contexto de grave crise econômica e iminente tragédia social.

Embora propostas nessa linha já tenham sido aventadas na arena política como alternativa de financiamento de uma eventual prorrogação do Auxílio Emergencial⁷, essa saída esbarra no desenho atual do teto de gastos. Afinal, a regra fiscal limita o

⁷<https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2021/01/26/de-olho-em-2022-aliados-do-governo-defendem-taxar-mais-ricos-por-nova-rodada-do-auxilio-emergencial.ghtml>

montante que pode ser gasto pelo governo independentemente do quanto se arrecada. Novos desenhos para o teto de gastos que permitam a implementação de propostas fiscalmente sustentáveis que combinem um alto potencial de reduzir desigualdades e de estimular a economia serão objeto de Notas futuras.

Referências

CARVALHO, Laura; REZAI, Armon. Personal income inequality and aggregate demand. *Cambridge Journal of Economics*, v. 40, n. 2, p. 491-505, 2016.

CARVALHO, Laura; TONETO, Rodrigo; RIBAS, Theo (2020). Dos pobres para os paupérrimos ou dos mais ricos para os mais pobres? O impacto sobre a desigualdade de diferentes formas de expansão das transferências de renda no Brasil (Nota de Política Econômica nº 001). MADE/USP.

KALECKI, M. The Marxian equations of reproduction and modern economics. *Social Science Information*, vol. 7(6), pp. 73-79, 1968.

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Palgrave Macmillan, 1936.

MORGAN, Marc. Extreme and persistent inequality: New evidence for Brazil Combining National accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. WID Working Paper Series, 2017.

OSTRY, Mr Jonathan David; BERG, Mr Andrew; TSANGARIDES, Mr Charalambos G. *Redistribution, inequality, and growth*. International Monetary Fund, 2014.

SILVEIRA, Fernando Gaiger *et al.* *Impactos redistributivos das transferências públicas monetárias e da tributação direta: evidências com a POF 2017-2018*. Nota Técnica nº. 89, Ipea, 2020.

SOUTO, Artur Moreira. Distribuição pessoal da renda e elasticidade renda da demanda por importações no Brasil: evidências a partir de regressões quantílicas para o período 2002-2009. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

O presente trabalho faz parte do projeto "*Proposals for a green and inclusive economic recovery in Brazil*", que conta com o apoio da Open Society Foundations e é desenvolvido por pesquisadores do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades – Made.

Os autores agradecem a edição de Maria Fernanda Sikorski.